Ano 10 • Número 9 • Outubro de 2013 • www.cni.org.br

destaques do mês

Corte na conta de luz é menor que o previsto

De acordo com dados da Aneel, o corte no custo da energia elétrica, em vigor desde 24 de janeiro, ficou, na prática, abaixo do anunciado pelo Governo Federal. A redução média percebida pelo consumidor industrial até junho foi de 14,4%. A meta anunciada pelo Governo era de até 32% para este segmento. O Ministério de Minas e Energia esclareceu que, quando o Governo anunciou, em janeiro, a entrada em vigor dos novos preços, a redução prometida foi calculada sobre as tarifas vigentes em dezembro do ano passado. Segundo o Ministério, neste intervalo, o desconto teria ficado em 18,8% para a indústria. O Ministério destacou que as diferenças percebidas em relação às metas oficiais "decorrem da realização dos processos de reajustes e revisões tarifárias" a alguns distribuidores após aquela data. (17.09.2013 – Folha de São Paulo)

Leilão do Galeão e Confins só deve acontecer em 22 de novembro

O leilão dos aeroportos do Galeão e de Confins (Belo Horizonte) foi marcado para o dia 22 de novembro. Os editais devem ser publicados no dia 3 de outubro. Para atender às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), o Governo baixou o nível de experiência exigido dos operadores aeroportuários em Confins, de 35 milhões de passageiros por ano, para 20 milhões. No Galeão, foi mantida a exigência de 35 milhões. Nos dois casos, o operador não poderá somar o fluxo de mais de um aeroporto para comprovar experiência. Os estudos da concessão dos dois aeroportos foram aprovados com ressalvas pelo TCU, que exigiu justificativas para o número de passageiros muito acima do movimento atual. De acordo com o Tribunal, a medida poderia deixar de fora da disputa grandes operadores de aeroportos, como Melbourne (28 milhões); Zurich (24,2 milhões) e Gatwick (33,6 milhões). O TCU alegou ainda que somente 33 aeroportos preencheriam o requisito dos 35 milhões, sendo que 21 deles são empresas públicas e teriam algum tipo de dificuldade para entrar no processo. (23.09.2013 – O Globo)

Ministério de Minas e Energia confirma primeiro gasoduto para licitação

O Ministério de Minas e Energia propôs a construção imediata do Gasoduto Itaboraí-Guapimirim, no Rio de Janeiro. Sugerido pela Petrobras, o projeto é o primeiro gasoduto sob regime de concessão que fará parte do Programa de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário - PEMAT ainda em fase de estruturação. O empreendimento terá 11 km de extensão e conectará a futura Unidade de Processamento de Gás Natural do Comperj ao Gasduc III. A capacidade dimensionada para o projeto é de 17 milhões de m³/dia. O prazo da

painel

■ Portaria do MME inclui fontes eólica e solar no 2º Leilão de Energia A-5 de 2013

O Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria MME nº 300/2013, que possibilita a contratação de empreendimentos de geração de fontes eólica e solar no 2º Leilão de Energia A-5/2013, a ser realizado no dia 13 de dezembro de 2013. Para mais informações acesse: *www.epe.gov.br*

■ ANTAQ publica aviso de audiência pública Nº 5 de 2013

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ abriu para audiência pública, no período de 23/9/2013 a 22/10/2013, a Resolução nº 3.066 que trata da autorização para construção, exploração e ampliação de Terminal de Uso Privado, de Estação de Transbordo de Carga, de Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte e de Instalação Portuária de Turismo. Para mais informações acesse: www.antaq.gov.br

concessão será de 30 anos. O cronograma apresentado prevê o início das operações do gasoduto em janeiro de 2016. De acordo com a Portaria nº 317, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP deverá elaborar o edital de chamada pública e promovê-la, diretamente, para a contratação de capacidade de transporte do gasoduto. A portaria não estabelece datas para a chamada. Após a realização da chamada pública e fixação da tarifa máxima, o projeto ainda poderá passar pelo processo de redimensionamento de sua capacidade. Em seguida, a ANP e a Empresa de Pesquisa Energética - EPE definirão as receitas anuais máximas para a realização do processo de licitação. (16.09.2013 - Energia Hoje)

TCU aprova estudos para mais três lotes de rodovias

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou os estudos econômico-financeiros de três lotes de rodovias que serão concedidas ainda este ano. Entre os trechos com o aval do Tribunal está o compreendido entre as rodovias BR-153 e TO-080, situado nos estados de Goiás e Tocantins, com 814 km (denominado Lote 3 no Programa de Investimento em Logística - PIL). O segundo trecho de concessão passará pelas BRs-060, 053 e 262, ligando Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, com o total de 1.176 km (Lote 5). E, por fim, está o trecho da BR-163, no Mato Grosso, com extensão de 850 km (Lote 7). A principal característica desses lotes é a exigência da duplicação total das rodovias até o quinto ano de concessão, sendo que 10% dos trechos devem estar prontos para que seja dado início à cobrança de pedágio. O modelo de contrato aprovado para os três lotes analisados prevê receitas tarifárias de R$ 64,3 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão. A previsão de investimentos é da ordem de R$ 19,1 bilhões e despesas operacionais de R$ 10,5 bilhões, a serem desembolsados durante o prazo de concessão. Com as exigências feitas pelo TCU para a definição do preço de pedágio, as tarifas máximas ficaram em R$ 8,68 no Lote 3, R$ 4,87 no Lote 5 e R$ 4,05 para o Lote 7, valor calculado para cada 100 km. A principal recomendação do TCU à ANTT envolvia a falta de definição dos trechos das rodovias que devem ser priorizados no cumprimento de 10% das obras de duplicação para que seja dado início à cobrança de pedágio. Com isso, o Tribunal "julgou oportuno" recomendar à Agência que sejam definidos trechos prioritários para duplicação. O modelo de contrato está aberto à participação de empresas brasileiras ou estrangeiras, instituições financeiras, fundos de pensão e fundos de investimentos. A disputa poderá ocorrer em grupo ou individualmente. (26.09.2013 - Valor Econômico)

País cai em rankings internacionais de competitividade

Enquanto o Governo tenta destravar o ambiente de negócios, a economia brasileira fica cada vez mais para trás nos rankings internacionais que medem a competitividade dos países. Entre 2012 e 2013, o País caiu da 48° para a 56° posição no Relatório Global de Competitividade do Fórum Econômico Mundial. A conclusão da lista, é que o País voltou à situação de 2009. Dos cinco países do Brics, China (29° lugar) segue na liderança, seguida pela África do Sul (53°) Brasil (56°), índia (6o°) e Rússia (64°). Outro levantamento divulgado no ano passado pelo Banco Mundial mostra que ficou mais difícil para uma empresa de

pequeno porte fazer negócios aqui. O Brasil perdeu dois postos e ficou na 30° posição entre 185 países. Começar um negócio no País demora 119 dias e pede 13 procedimentos diferentes, de acordo com o estudo. Em Cingapura, a líder do ranking, são apenas três dias. Em outros indicadores, o País também está mal posicionado. Na facilidade para uma pequena empresa conseguir crédito, ficou apenas no 104º lugar. Em impostos, aparece na posição 156. (27.09.2013 - Estado de São Paulo)

Governo adiará para 2014 leilão de quatro rodovias

O Ministro dos Transportes, Cesar Borges, afirmou que o Governo vai adiar para 2014 o leilão de quatro lotes de rodovias que fazem parte do Programa de Investimentos em Logística (PIL). São eles: BR-101 (BA), BR-116 (MG), BR 153 (GO/TO) e BR 262 (ES-MG). Os estudos desses lotes sofrerão ajustes e poderão ser alterados. De acordo com Borges, o Governo estuda uma modelagem com subvenção para as tarifas de pedágio ou ainda Parceria Público-Privada (PPP). O Governo também não descarta fazer os trechos via obra pública. Segundo o Ministro, a preocupação do Executivo com esses quatro trechos é com a modicidade tarifária. Segundo ele, quatro trechos serão leiloados neste ano: BR-163 (MT), BR-163 (MS), BR-040 (MG-DF-GO) e BR-060/153/262 (MG-DF-GO). Esses trechos serão concedidos para a iniciativa privada. Lançado em agosto de 2012, o Programa tinha nove lotes de estradas. Dois trechos foram a leilão em setembro, mas um (BR-262 MG/ES) não teve interessados. O outro (BR-050 MG/GO) corre risco de ser judicializado, pois o segundo colocado, a Triunfo, já questionou administrativamente o vencedor, o consórcio Planalto. (01.10.2014 - Isto É Dinheiro)

Governo fará dois leilões de ferrovias este ano

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o Governo tem uma agenda ampla para a realização de concessões públicas este ano. e que dois leilões de ferrovias serão realizados ainda em 2013. O ministro também destacou que o modelo de leilão de ferrovias é mais complexo por conta da coordenação e revenda da demanda de transporte de cargas da Valec. De acordo com o Ministro, o modelo prevê que o governo compre a carga, garanta o pagamento da carga e depois revenda. (01.10.2013 - Estado de São Paulo)

Dilma nega posicionamento do Governo sobre fusão de Vivo e TIM

Em sua primeira manifestação pública sobre o avanço da espanhola Telefónica, dona da Vivo, rumo ao controle societário da italiana Telecom Italia, proprietária da TIM no Brasil, a Presidente Dilma Rousseff desautorizou o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Na véspera, ele tinha se manifestado contra o domínio das duas maiores operadoras de telefonia móvel do país pela mesma companhia, que resultaria, segundo afirmou, em recuo da competição de mercado, algo "muito negativo" para o consumidor. A Presidente ressaltou que quem deve determinar a chance ou não de a Telefónica controlar duas operadoras é o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Bernardo havia afirmado que a líder da telefonia móvel (Vivo) não pode controlar a vice-

líder e até sugerira a venda da TIM para uma empresa que ainda não tivesse presença nesse mercado. Ele afirmou que seria mais de 50% do mercado nas mãos de um só grupo, com uma concorrente a menos no mercado. Segundo dados da Anatel, em julho, a Vivo detinha 28,6% do mercado e a TIM, 27,2%. A Claro possuía 24,9% e a Oi, 18,6%. O restante, menos de 1%, era dividido entre pequenas operadoras regionais. (01.10.2013 - Estado de São Paulo)

Intervenção Estatal afasta gigantes de leilão do Pré-Sal

A exigência de investimentos bilionários aliada a incertezas regulatórias, forte interferência estatal e demora na realização de leilões levaram quatro gigantes do setor a desistirem de participar do leilão de Libra, na avaliação de empresários e especialistas. As americanas Exxon e Chevron, primeira e segunda maiores petrolíferas do mundo em valor de mercado, e as britânicas BP e BG ficaram de fora do certame, o primeiro do Pré-sal, que será realizado em 21 de outubro. Ao todo, 11 empresas se inscreveram no leilão, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, bem menos que as 40 esperadas pela Diretora-Geral da Agência, Magda Chambriard. Entre as inscritas estão apenas duas gigantes tradicionais: a anglo-holandesa Shell e a francesa Total. A espanhola Repsol se associou à chinesa Sinopec (as duas têm operações conjuntas no Brasil). Na lista estão ainda as chinesas CNOOC e China National Petroleum e a indiana ONGC. Da América do Sul, estão Petrobras e Ecopetrol (Colômbia). Surpreendeu o mercado a portuguesa Petrogal, que já atua no Pré-sal brasileiro e que não figura sequer entre as 20 maiores do setor, segundo ranking da Bloomberg. A japonesa Mitsui e a malaia Petronas também se inscreveram, totalizando seis asiáticas. (20.09.2013 - O Globo)

Governo ampliará prazo de concessão de novos portos

O Governo Federal acolheu uma das principais reivindicações da iniciativa privada e irá rever para cima os prazos dos contratos das futuras licitações portuárias. A duração dos contratos será ajustada para até 25 anos, renováveis por igual período, como prevê a Lei dos Portos. Essa era uma das maiores críticas do setor, que não via atratividade em investir em áreas com tempos de arrendamento considerados curtos - com validade entre sete e dez anos, em alguns casos - no primeiro pacote de licitações, que inclui os portos de Santos e do Pará. "A maioria será ajustada. E não só os de Santos e do Pará, os futuros também", disse o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Pedro Brito. Brito, contudo, não especificou quais editais terão os prazos ampliados. "Em Santos pode ter um ou outro que não chegue a 25 anos". Os prazos curtos integravam uma estratégia para compatibilizar o fim dos contratos de áreas próximas e reordená-las em grandes terminais, visando o ganho de escala na movimentação de cargas. (02.10.2013 - Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de agosto de 2013 até 31 de dezembro de 2017

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	1.603	3.997	3.552	3.409	3.667	16.228
Otimista	1.603	3.997	3.552	3.499	3.931	16.582

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	818	1.267	1.400	0	0	3.485
Otimista	1.012	1.937	1.480	650	0	5.079

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	1.301	2.696	688	39	0	4.724
Otimista	1.413	4.813	2.407	933	115	9.680

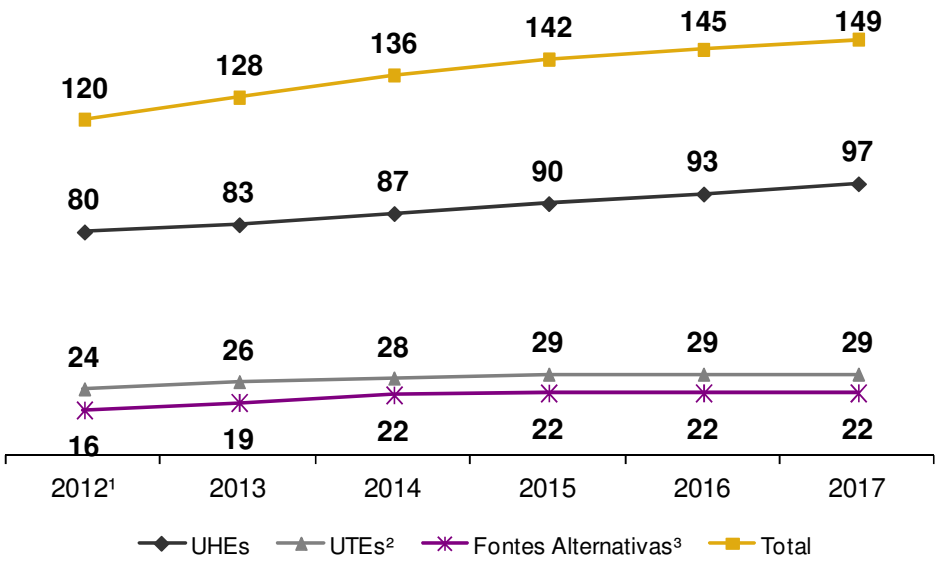
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	3.722	7.961	5.640	3.448	3.667	24.437
Otimista	4.028	10.747	7.440	5.082	4.045	31.341

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operaçãc
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.
*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Proritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,8% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de agosto de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

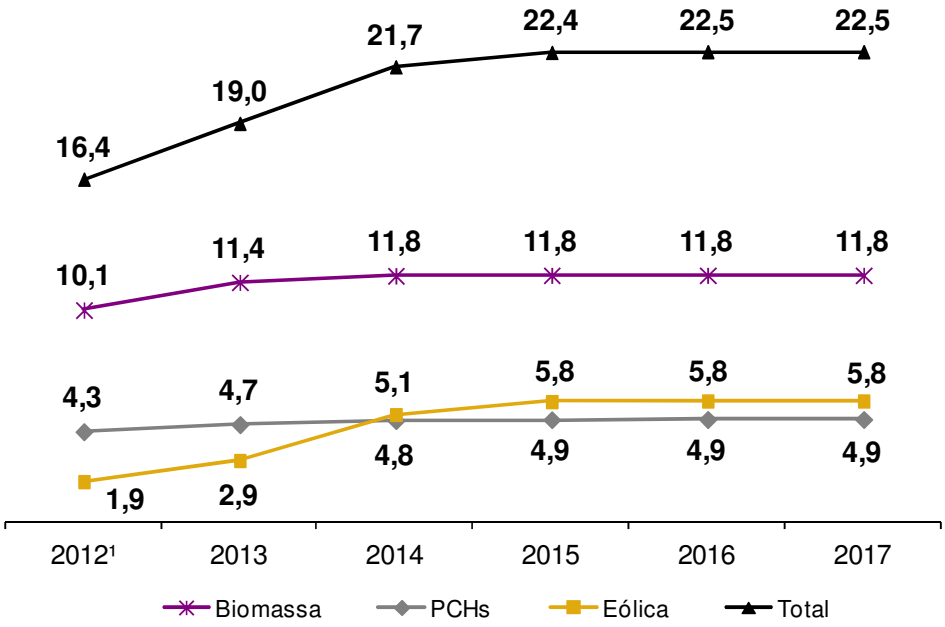
No cenário otimista, a previsão de expansão é de 31,3 mil MW no período 2013-2017. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,9% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW)
Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

Entre 2012 e 2017, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 22% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 22% no mesmo período. Em dezembro de 2012, a participação das UHEs foi de 66% na matriz elétrica nacional e deve cair para 65% até 2017. A participação na capacidade total instalada das UTEs deve permanecer em 20%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2017.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2017, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2013, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,6% e 2,4%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 16,6 mil MW de UHEs até 2017. Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2017, Cachoeira Caldeirão (AP) apresenta restrição de contratação de 219 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 16,2 mil MW devem entrar em operação até 2017.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 5 mil MW até 2017, sendo que cerca de 3,9 mil MW (69%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com 16 unidades geradoras em operação comercial e sete em fase de comissionamento, com previsão de entrada em operação de forma sequencial nas próximas semanas. A expectativa da Santo Antônio Energia é de totalizar pelo menos 24 máquinas em geração até dezembro de 2013.

Essas máquinas estão conectadas à Rede Elétrica Regional Acre/Rondônia através do sistema Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, contando ainda com a alternativa de conexão através da subestação provisória de 465 MVA, implantada pela Santo Antônio Energia. Porém o despacho da usina de Santo Antônio está limitado à capacidade do sistema regional até a entrada em operação do Sistema de Transmissão do Madeira.

A conexão final ao sistema interligado nacional, no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, dependerá da entrada em operação do primeiro bipolo do Sistema de Transmissão do Madeira, em extra alta tensão. A linha de transmissão em corrente contínua em 600 kV, que faz parte do Sistema de Transmissão do Madeira, está em fase de testes e comissionamento. As Subestações Conversoras de Porto Velho 1 e Araraquara 1 estão em comissionamento, junto com a linha.

A usina de Jirau, também no rio Madeira, recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica para colocar a primeira unidade em operação comercial. A usina estava operando em regime de teste desde agosto. De acordo com o cronograma do empreendimento, serão colocadas em operação entre seis e dez unidades geradoras ainda neste ano. A energia gerada pela primeira máquina será toda direcionada ao sistema Acre-Rondônia. Quando a linha de transmissão do Madeira estiver operando comercialmente, a energia produzida pela usina será escoada para o Sudeste.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

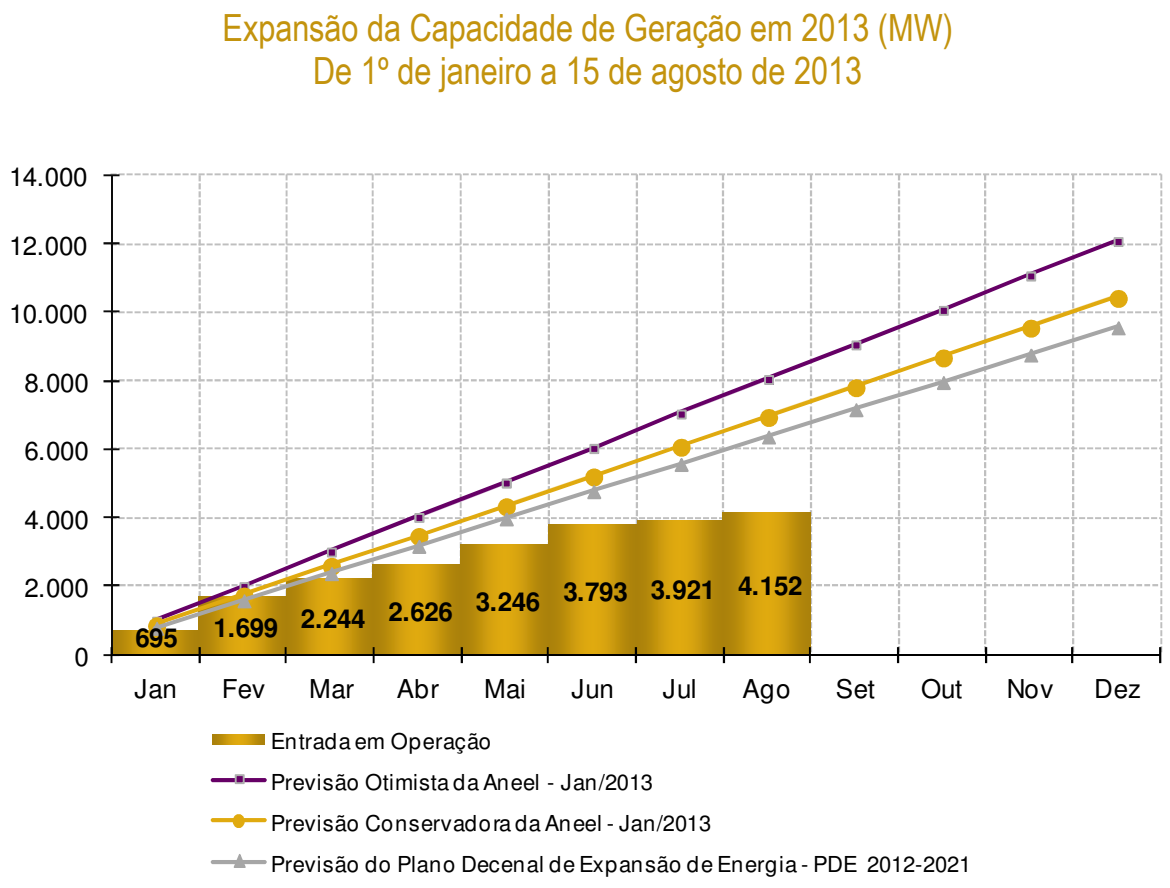
No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 374 MW de potência adicional até 2017. Já no cenário otimista, até 2017, devem entrar em operação 1,0 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 719 MW até 2017. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,5 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7,2 mil MW, apenas 50% da potência (3,6 MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2017.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

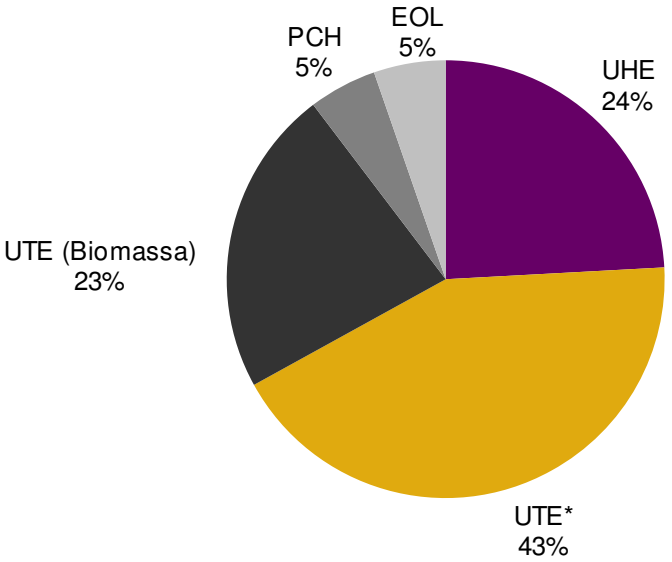
O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2013, até 15 de agosto, entraram em operação 4,2 mil MW. Desse total, as UTEs representaram 43% da potência total que entrou em operação. As UTEs de Biomassa representaram 23% da potência total instalada, as UHEs representaram 24%, as PCH e as EOL representaram 5% cada da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)
De 1º de janeiro a 15 de agosto de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em agosto de 2013, 38.687 GWh, apresentando um valor 4% superior ao observado em agosto de 2012 e um valor 3% superior no acumulado do ano.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.883 GWh, valor 2% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, o consumo foi similar ao de agosto de 2012. O consumo industrial de energia elétrica representou 41% do total fornecido a consumidores livres e cativos em agosto de 2013.

De acordo com a EPE, o consumo industrial de energia esta em recuperação gradual. O consumo industrial tem apresentado comportamento distinto entre as regiões, variando de acordo com o perfil industrial de cada uma. A produção de alumínio mantém sua trajetória decrescente, recuando 7,8% em agosto. O sul e centro-Oeste apresentaram crescimento respectivos de 5,5% e 15,3%. Este último foi impulsionado por uma expansão metalúrgica de não ferrosos e extração de minerais não metálicos.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Agosto 2012	Agosto 2013	Var. %	Jan-Ago 2012	Jan-Ago 2013	Var. %
Residencial	9.622	10.291	7	77.716	82.686	6
Industrial	**15.632**	**15.883**	**2**	**122.011**	**121.881**	**0**
Comercial	6.303	6.597	5	52.037	54.874	5
Outras	5.621	5.916	5	44.533	46.212	4
Total	**37.178**	**38.687**	**4**	**296.297**	**305.653**	**3**

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de agosto de 2013, foi de 65 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume praticamente similar ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção de petróleo foi 5% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em julho de 2013 foi de aproximadamente 24,5°, sendo que 9,4% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 63,6% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 27% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

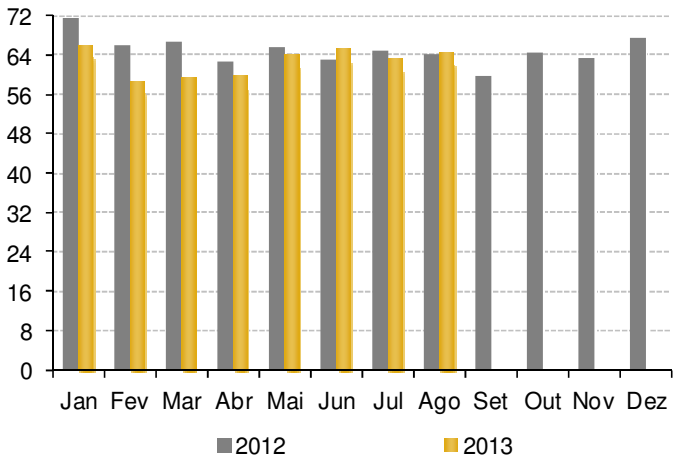
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em agosto de 2013, foi de 66 milhões de bep. Esse volume foi 3% superior ao observado em agosto de 2012. No acumulado do ano, o processamento foi 9% superior.

De acordo com a ANP, em agosto de 2013, cerca de 91% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em agosto de 2013, foi de 12,4 milhões de bep, valor 53% inferior ao exportado em agosto de 2012. No acumulado do ano, a queda foi de 45%. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os motivos para o recuo das vendas externas do petróleo são queda na produção e aumento do consumo interno do produto.

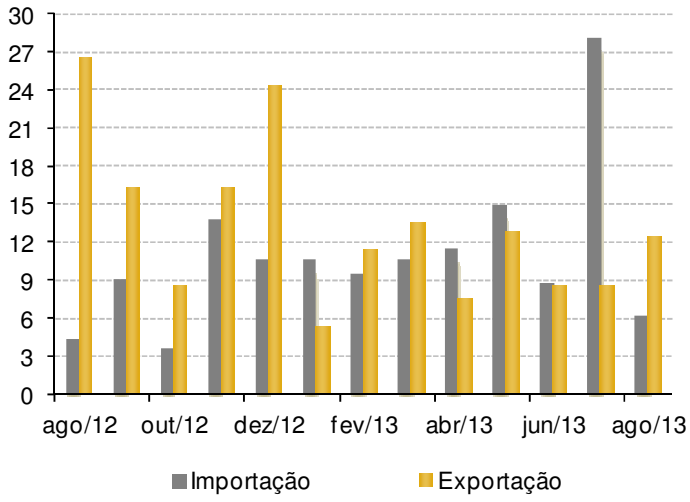
O preço médio do petróleo importado pelo País, em julho de 2013, foi de US$ 114,35/barril, valor 5,0% superior ao observado em agosto de 2012.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



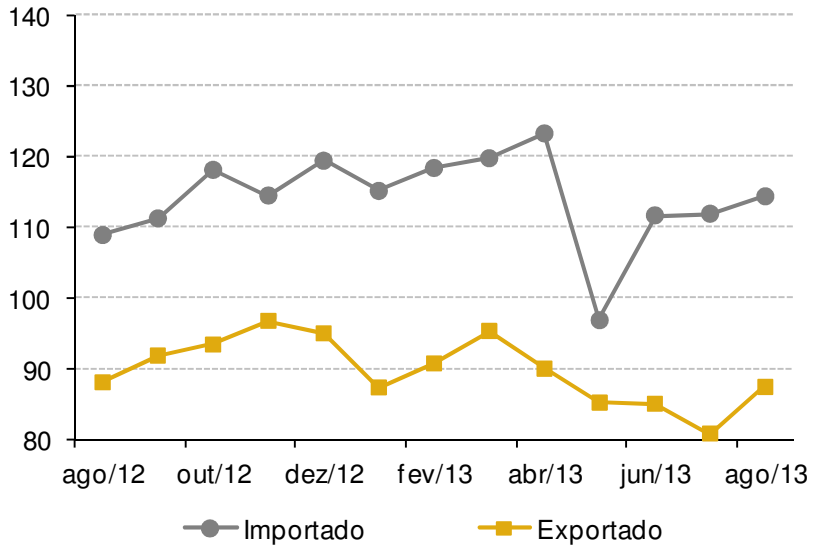
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US$ FOB/barril)

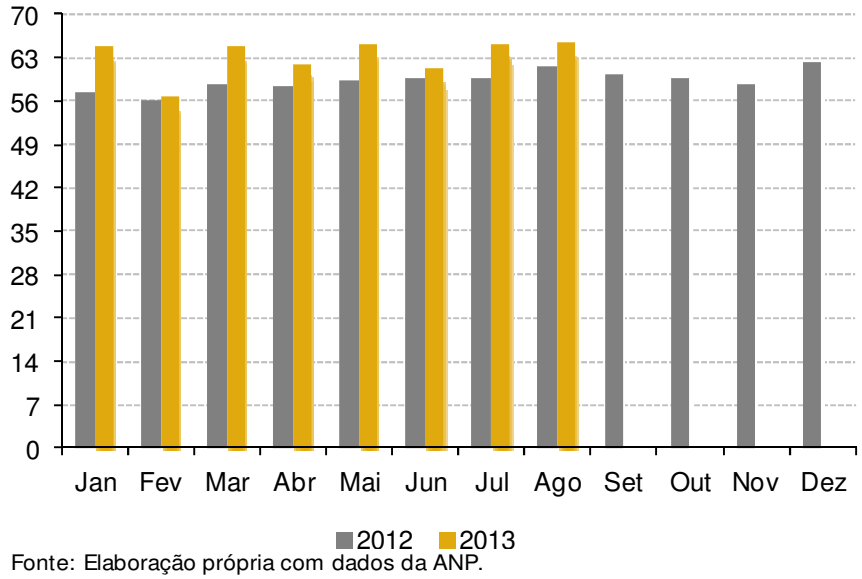


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

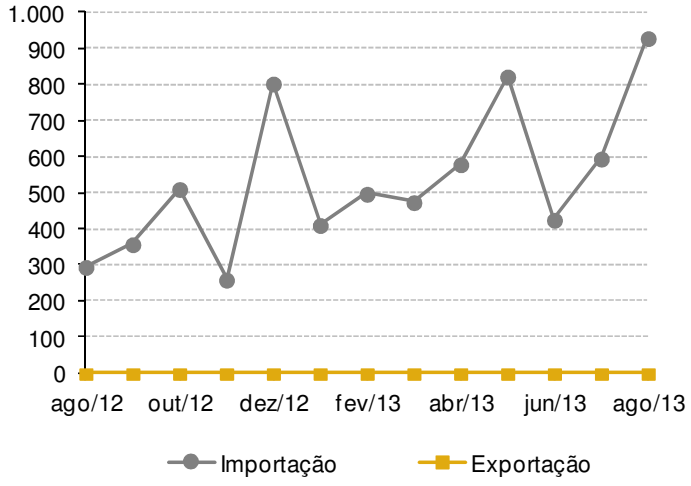
Em agosto de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 66 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 6% superior ao produzido em agosto de 2012. No acumulado do ano, o crescimento foi de 7%.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



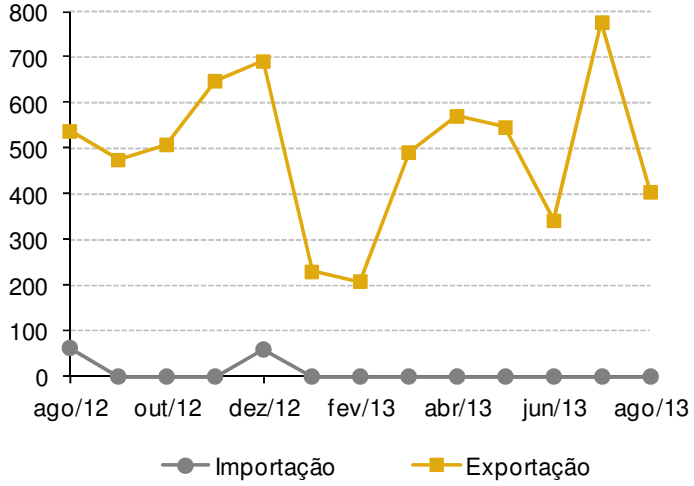
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

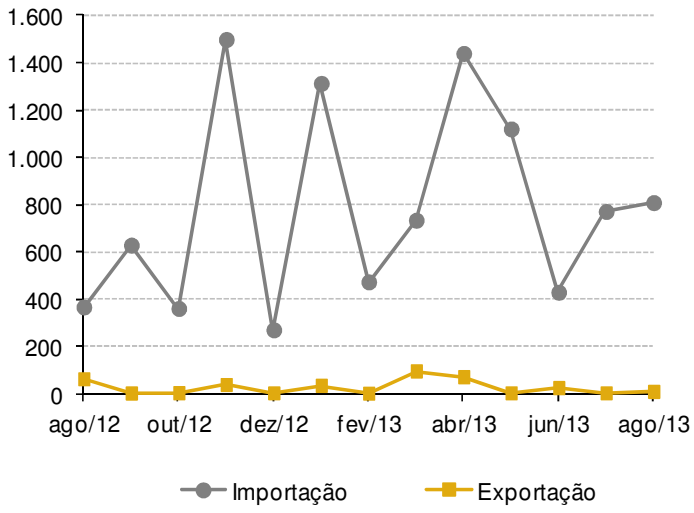


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em agosto de 2013, foi de 16 milhões bep, valor 81% superior ao registrado em agosto do ano anterior. No acumulado do ano, a importação de derivados de petróleo apresentou um crescimento de 18%.

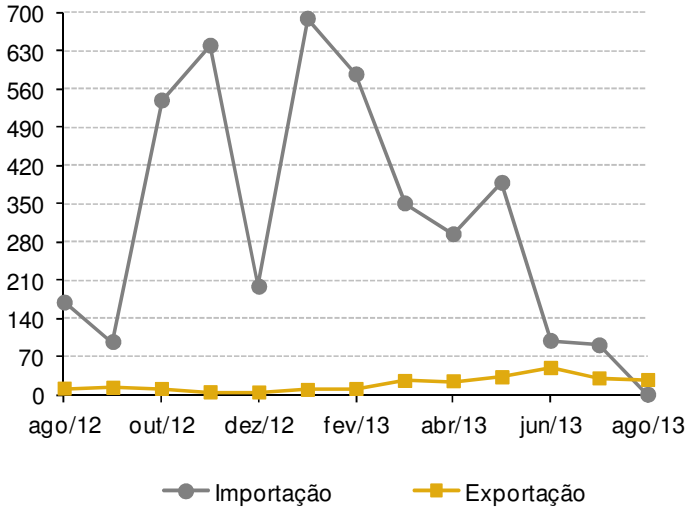
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em agosto de 2013, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume 5% inferior ao mesmo mês de 2012. O volume foi 11% inferior na análise do acumulado do ano.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP).

Em agosto de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa de 3% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação líquida de petróleo e derivados foi de 2 milhões de bep frente a um consumo aparente de 67 milhões de bep. Em agosto de 2012, a dependência externa foi de -49%. No acumulado do ano de 2013, foi observada uma dependência de 14%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de -7%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Agosto/2012	Jan-Ago/2012	Agosto/2013	Jan-Ago/2013
Produção de Petróleo (a)	64	526	65	501
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-22	-69	-6	20
Imp. Líq. de Derivados (c)	1	36	9	62
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	43	492	67	582
Dependência Externa (e)=(d-a)	-21	-34	2	82
Dependência Externa (%) (e)/(d)	**-49**	**-7**	**3**	**14**

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em agosto de 2013, apresentou saldo negativo de US$ 458 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US$ 458 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US$ 1,8 bilhão FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US$ 11 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US$ FOB)

	Agosto/2012	Jan-Ago/2012	Agosto/2013	Jan-Ago/2013
Petróleo				
Receita com exportação (a)	2.334	14.130	1.088	7.077
Dispêndio com importação (b)	462	9.202	708	11.280
Balança Comercial (c)=(a-b)	1.872	4.928	380	-4.203
Derivados				
Receita com exportação (d)	812	7.456	752	6.425
Dispêndio com importação (e)	854	12.033	1.589	13.596
Balança Comercial (f)=(d-e)	-43	-4.577	-837	-7.171
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	3.146	21.586	1.840	13.502
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.316	21.235	2.298	24.876
Balança Total (i)=(g)-(h)	1.829	352	-458	-11.374

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

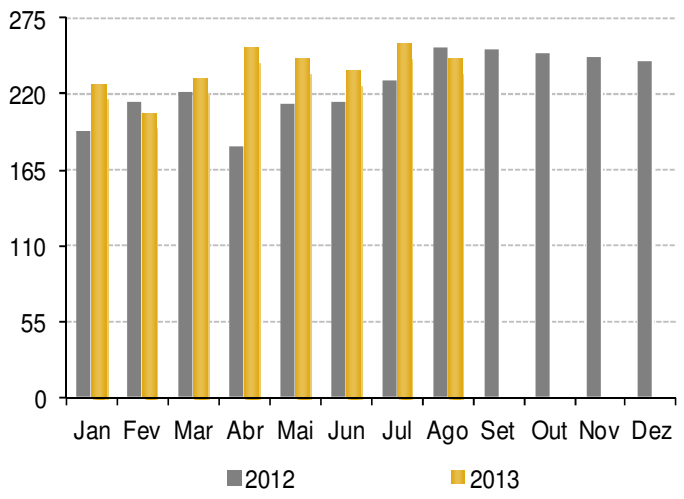
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP).

A produção nacional de biodiesel, em agosto de 2013, foi de 246 mil m³, montante 3% inferior ao produzido em agosto de 2012. No acumulado do ano, a produção foi 10% superior.

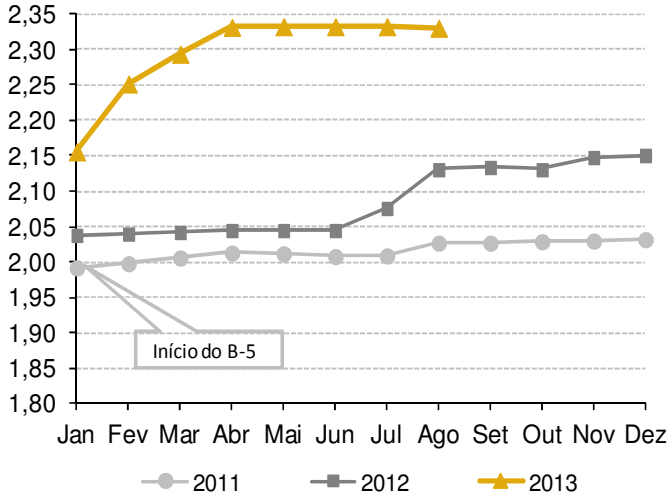
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em agosto de 2013, foi de R$ 2,33/ℓ, valor 12% superior ao observado em agosto de 2012.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.
* B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 31 de julho de 2013, 11.571 mil m³ de álcool, sendo 6.842 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 27% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 37% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

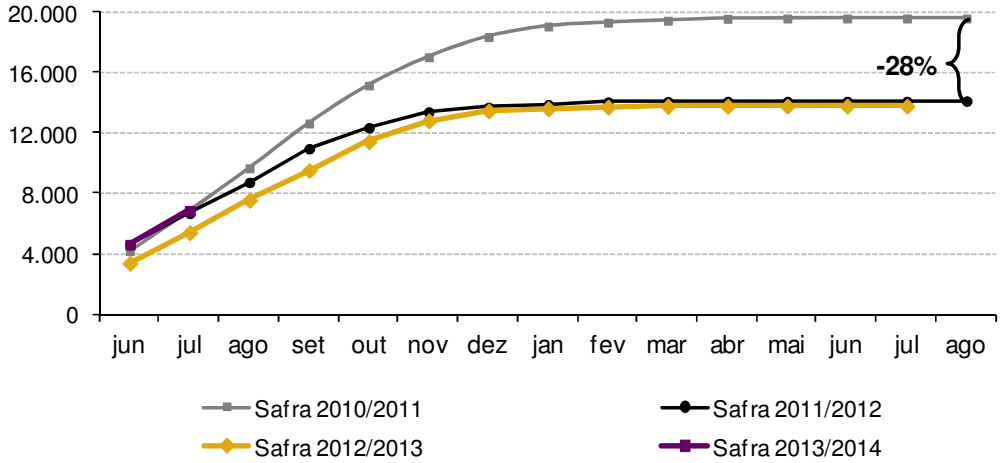
A produção de açúcar apresentou alta. Até 31 de julho de 2013, produziu-se 13,7 milhões de toneladas de açúcar, volume 11% superior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013 (até 31 de julho de 2012)	Safra 2013/2014 (até 31 de julho de 2013)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m³)	3.061	4.729	54
Álcool Hidratado (mil m³)	5.400	6.842	27
Total Álcool (mil m³)	**8.461**	**11.571**	**37**
Açúcar (mil ton)	**12.356**	**13.704**	**11**

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado
(mil m³)



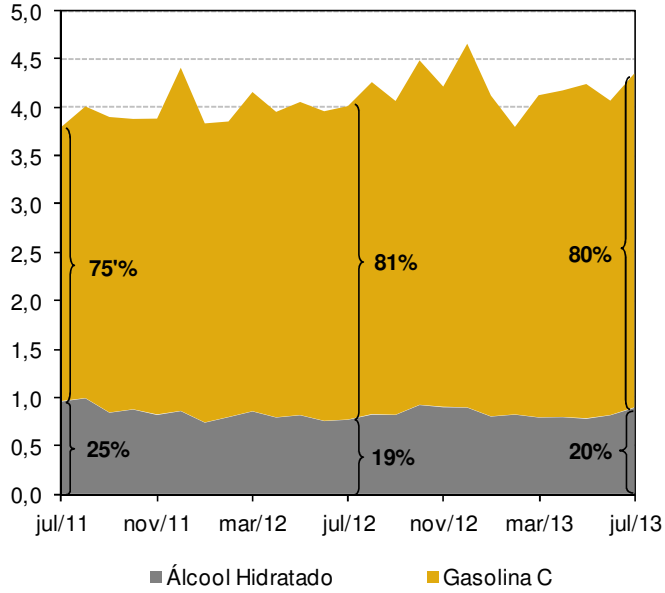
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 891 mil m³ em julho de 2013. Esse número representa um aumento de 16,2% em relação ao volume vendido em julho de 2012. No acumulado do ano, as vendas foram 3,3% superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

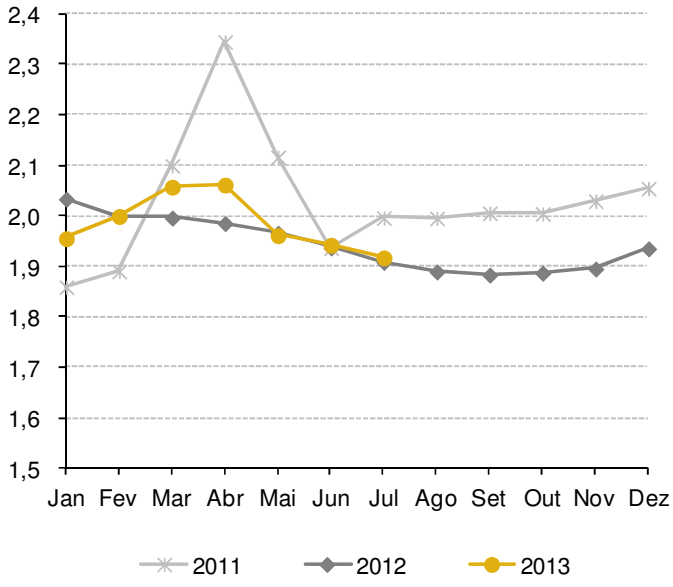
Em julho de 2013, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R$ 1,92/ℓ, valor 0,5% superior ao registrado em julho de 2012.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C[1]
(milhão m³)



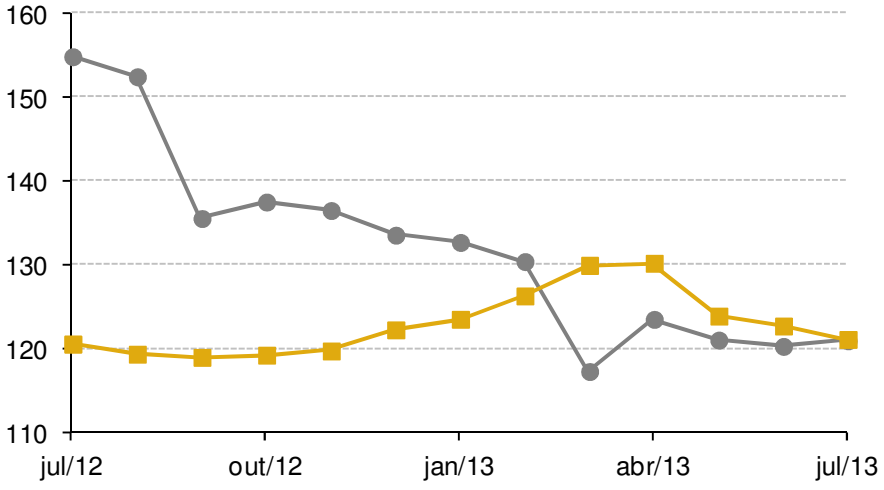
[1]Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado
(R$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.
* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em agosto de 2013, foi de 76.987 mil m³, representando um aumento de 8% comparado à média verificada em agosto de 2012. No acumulado do ano, a produção de gás natural foi 11% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em agosto de 2013, foi de 40.142 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 92.343 mil m³/dia. Este montante é 31% superior ao observado em agosto de 2012. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 30% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 31% em agosto de 2013. Em agosto de 2012, essa proporção havia sido de 34%.

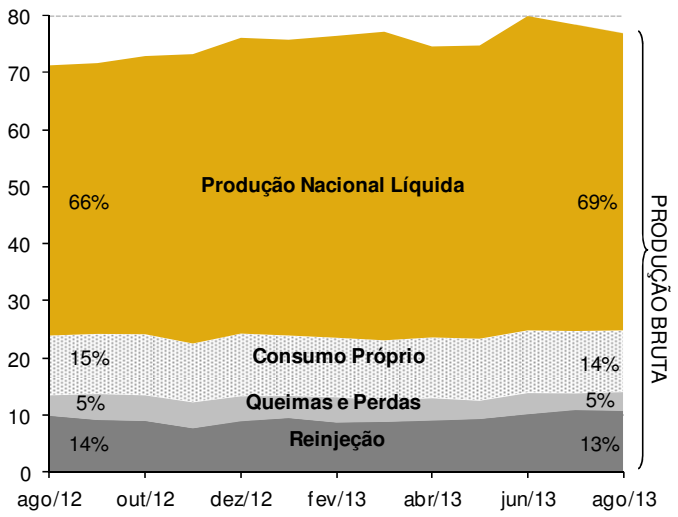
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Agosto/2012	Média do período Jan-Ago/2012	Média em Agosto/2013	Média do período Jan-Ago/2013
Produção Nacional[1]	**71.375**	**69.365**	**76.987**	**76.834**
- Reinjeção	9.896	10.212	10.734	9.656
- Queimas e Perdas	3.586	3.692	3.284	3.635
- Consumo Próprio	10.418	10.602	10.767	10.674
= Produção Nac. Líquida	**47.474**	**44.858**	**52.201**	**52.868**
+ Importação	23.139	31.969	40.142	46.683
= Oferta	**70.613**	**76.827**	**92.343**	**99.551**

[1]Não inclui Gás Natural Liquefeito.

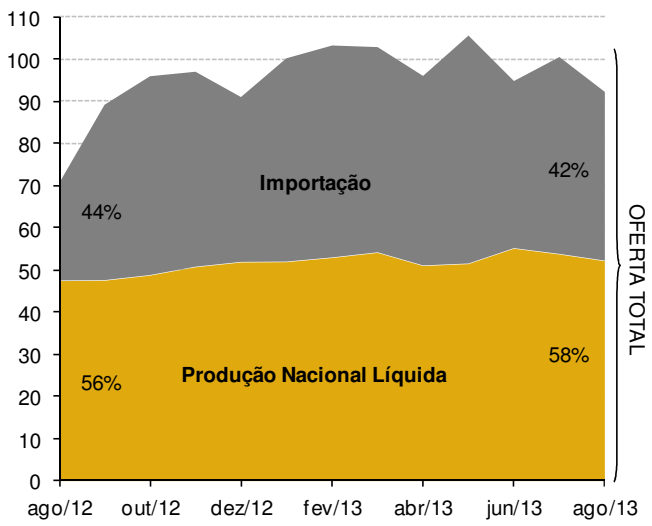
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



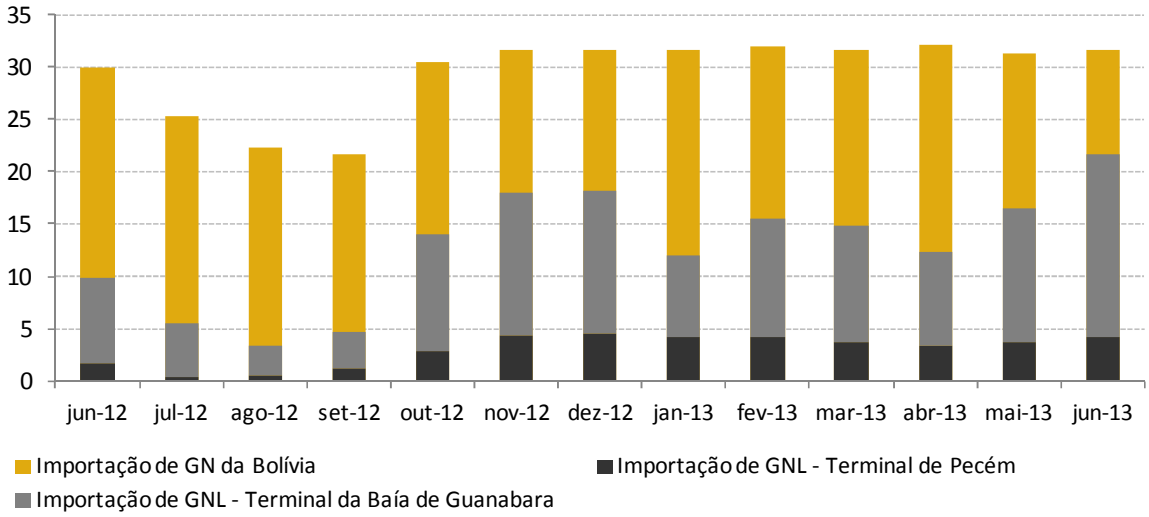
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em junho de 2013, foi de 32 milhões de m³/dia, volume 27% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, a importação média foi de 32 milhões de m³/dia, volume 18% superior ao importado no mesmo período de 2012.

Em junho de 2013, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 17 milhões m³/dia, o triplo do montante observado em junho de 2012. De janeiro a junho de 2013, a importação média de GNL foi de 16 milhões m³/dia. No mesmo período de 2012, a importação média havia sido um terço da observada em 2013.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própia com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em agosto de 2013 foi, em média, de 66 milhões de m³/dia. Essa média é 33% superior ao volume médio diário consumido em agosto de 2012. No acumulado do ano, o consumo apresentou crescimento de 36%.

O setor industrial, em agosto de 2013, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, sendo 1% inferior ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial apresentou queda de 2%.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m³/dia)		Variação %	
	Agosto/2013	Jan-Ago/2013	Ago-2013/ Ago-2012	Acumulado do Ano
Industrial	**29.013**	**28.148**	**-1**	**-2**
Automotivo	5.159	5.078	-2	-4
Residencial	1.160	977	8	8
Comercial	731	732	-3	3
Geração Elétrica	23.641	27.664	157	148
Co-geração*	2.440	2.502	-14	-18
Outros	3.707	4.092	223	279
Total	**65.850**	**69.192**	**33**	**36**

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

A manutenção do despacho das térmicas a gás para assegurar o suprimento de energia elétrica do País ancorou o aumento do consumo de gás natural no período. As térmicas utilizaram, em média, 27,7 milhões de metros cúbicos por dia de janeiro a agosto de 2013, volume 157% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

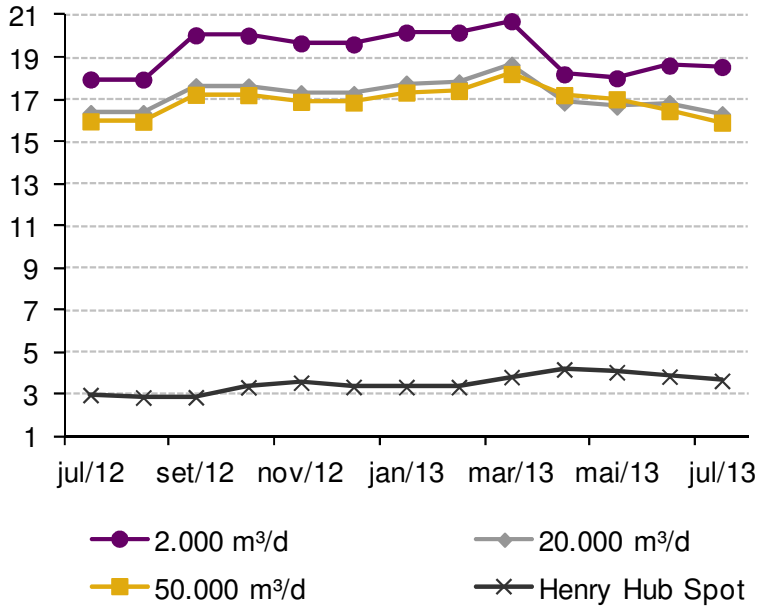
O setor da indústria foi responsável por 44% do consumo de gás natural em agosto de 2013. O setor foi seguido pela geração elétrica, responsável por 36% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

4.4. Preço do Gás Natural (MME).

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em julho de 2013, foi de US$ 16,92/MMBTU, valor 1% superior ao apresentado em julho de 2012 (US$ 16,76/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em julho de 2013, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US$ 3,63/MMBTU, valor 53% superior ao apresentado em julho de 2012 (US$ 2,95/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial[1] e do Mercado Spot Henry Hub[2] (US$/MMBtU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

[1] Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

[2] Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

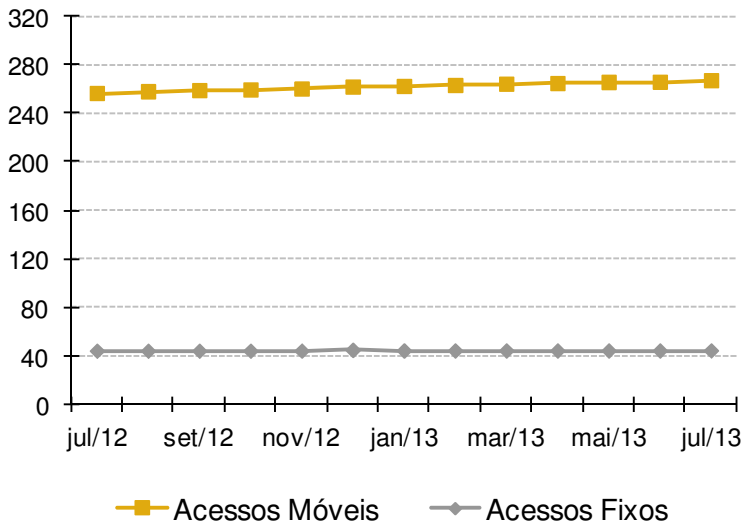
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em julho de 2013, o número de acessos móveis em operação foi de 267 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em julho de 2013, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em julho de 2012.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)



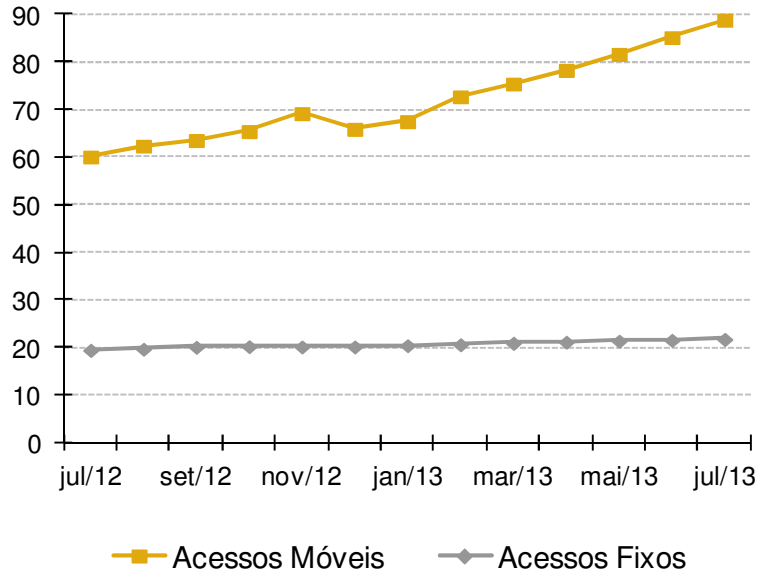
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em julho de 2013 foi de 88,9 milhões, montante 48% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a junho de 2013, os acessos de internet móvel foram 4% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de julho de 2013, um crescimento de 12% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a junho de 2013, os acessos a internet fixa foram 1% superiores.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel[1] e Fixa[2]
(milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL
[1] WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel
[2] Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em julho de 2013, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve um aumento de 3% em relação a julho de 2012, e a movimentação de granel líquido foi 4% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em julho de 2013, foi 1% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em julho de 2013, os TUPs representaram 68% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 48.226 mil toneladas, volume 2% inferior ao de julho de 2012. Os portos públicos movimentaram 23.684 mil toneladas em julho de 2013, volume 8% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em julho de 2013 foi de 755,136 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 9% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza*
(mil t)

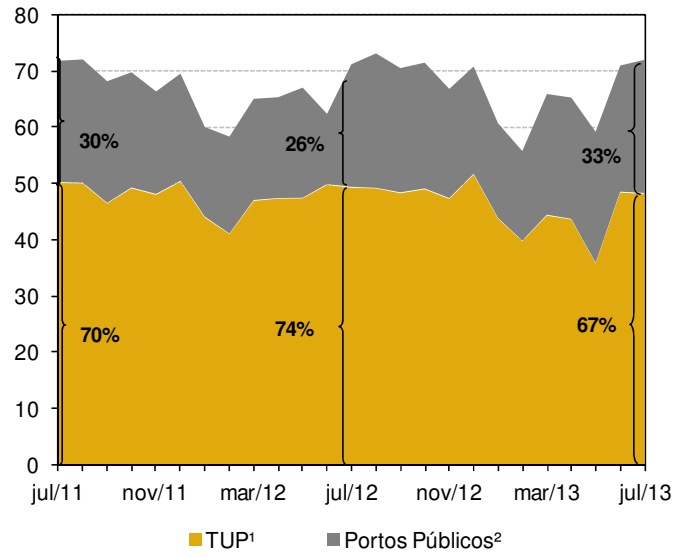
	Período		Variação %
	Jul/2012	Jul/2013	Jul-2013 / Jul-2012
Granel Sólido (a)	**49.149**	**50.814**	**3%**
Portos Públicos	17.063	18.263	7%
TUPs	32.086	32.550	1%
Granel Líquido (b)	**18.456**	**17.779**	**-4%**
Portos Públicos	3.836	4.352	13%
TUPs	14.620	13.427	-8%
Carga Geral Solta (c)	**3.565**	**3.317**	**-7%**
Portos Públicos	948	1.068	13%
TUPs	2.617	2.248	-14%
Total (a+b+c)	**71.170**	**71.909**	**1%**
Portos Públicos	21.847	23.684	8%
TUPs	49.323	48.226	-2%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (97 instalações)

Portos públicos (32 instalações)

Movimentação Total de Cargas
(milhões t)

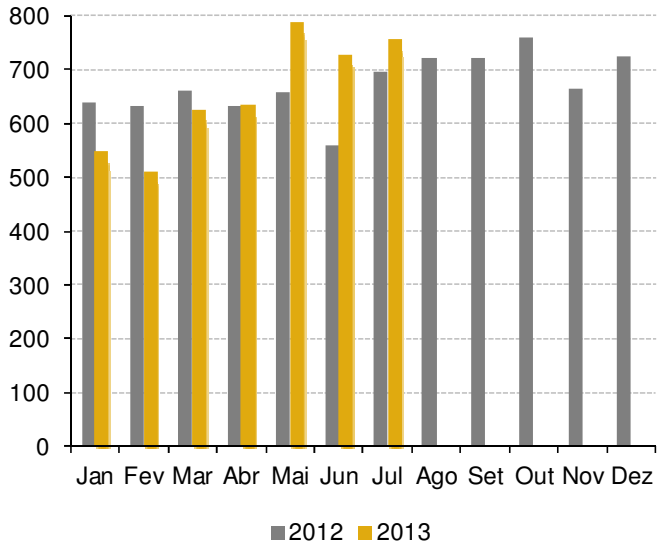


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

[1] Terminais de uso privativo (97 instalações)

[2] Portos públicos (32 instalações)

Movimentação Total de Contêineres*
(milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

[1] Terminais de uso privativo (97 instalações)

[2] Portos públicos (32 instalações)

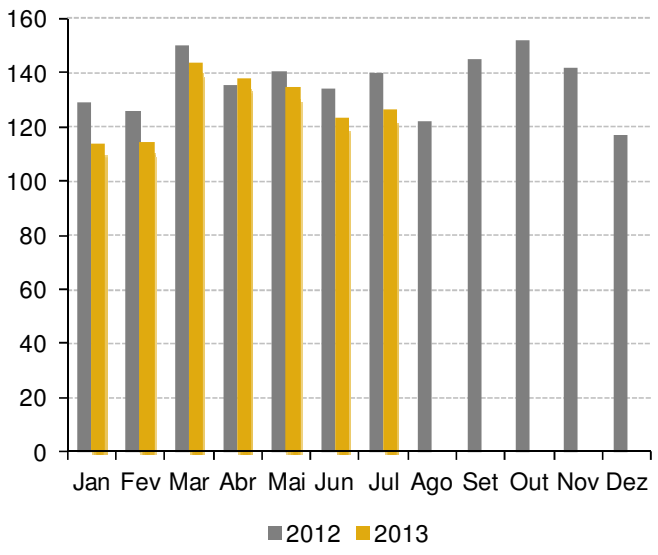
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes a Infraero Cargo junto as informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília.

Em julho de 2013, 17,4 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume 4% inferior ao ocorrido no mesmo mês de 2012.

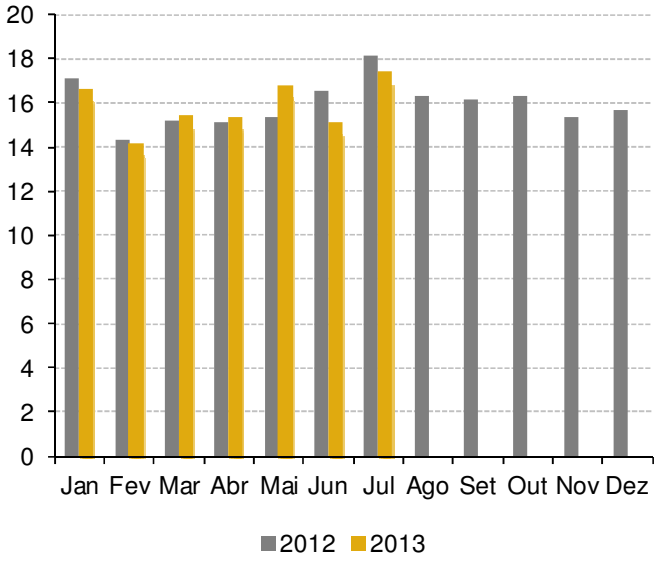
A movimentação de carga aérea total no País, em julho de 2013, foi de 126 mil toneladas, montante 10% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a julho de 2013, foi de 263 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 2% superior ao observado no mesmo intervalo de 2012. Nesse período, a movimentação de produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (50%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado entre janeiro e julho de 2013.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Jul

Ano	2013	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Jul (mil TU)	Jan-Jul (mil TU)	acum-13/ acum-12
Minério de Ferro	203.018	196.225	3
Soja e Farelo de Soja	15.907	17.568	-9
Produção Agrícola (exceto soja)	8.922	5.956	50
Indústria Siderúrgica	8.171	9.679	-16
Carvão/Coque	6.589	6.430	2
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	5.280	5.677	-7
Gráneis Minerais	4.378	5.476	-20
Extração Vegetal e Celulose	2.764	2.656	4
Adubos e Fertilizantes	2.483	3.190	-22
Indústria Cimenteira e Contrução Civil	1.968	2.725	-28
Cimento	1.671	1.724	-3
Conteiner	1.627	1.423	14
Carga Geral - Não Conteinerizada	122	151	-19
Total	**262.900**	**258.881**	**2**

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em julho de 2013, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 65 milhões de toneladas, montante 10% superior ao averiguado em julho do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	Jul/2013	Jan-Jul/2013	Jul-2013 / Jul-2012	Acumulado do ano
Marítimo	61.318	371.365	8	4
Fluvial	1.983	9.344	60	23
Aéreo	105	788	-6	-4
Ferroviário	48	347	4	0
Rodoviário	1.029	6.572	25	7
Outros*	954	7.098	31	32
Total	**65.437**	**395.514**	**10**	**5**

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em julho de 2013, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R$ 4,3 bilhões, valor 27% inferior ao aportado em julho de 2012.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Julho/2012 R$ milhão	Julho/2013 R$ milhão	Participação %
Refino e Álcool	3.334	487	11
Energia Elétrica e Gás Natural	674	865	20
Saneamento	61	102	2
Telecomunicações	199	209	5
Transporte	1.522	2.635	61
Aéreo	*1*	*367*	-
Aquaviário	*95*	*93*	-
Terrestre	*1.426*	*2.175*	-
Total Infraestrutura	**5.791**	**4.299**	**100**

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2013 foi de, aproximadamente, R$ 2,3 trilhões. Deste valor, aproximadamente R$ 91,2 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total de 2013.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R$ 15,9 bilhões o que representa 17% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2013, foram empenhados R$ 34 bilhões, o que representa 37% da dotação autorizada. Até o dia 25 de setembro, foram liquidados R$ 8,7 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R$ 7,6 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R$ 31,3 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R$ 15,9 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2013, foram empenhados R$ 7 bilhões (47% da dotação). Até o dia 25 de setembro, foram liquidados R$ 1,2 bilhão e pagos do orçamento R$ 1,1 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R$ 7,7 bilhões.

Cerca de 80% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R$ 12,8 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R$ 2,2 bilhões, ou 14%), hidroviário (R$ 288 milhões) e outros (R$ 658 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2013, cerca de R$ 112 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R$ 4,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R$ 12,8 bilhões inscritos, enquanto a União tem R$ 67,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2013.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 39% foram pagos até 25 de setembro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 34% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R$ 60,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 28% no Ministério das Cidades (R$ 17,3 bilhões) e 25% no Ministério dos Transportes (R$ 15,2 bilhões), principais executores do chamado "PAC Orçamentário", que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R$ 35 bilhões (57% do orçamento autorizado) e liquidou R$ 9,9 bilhões até 25 de setembro. O pagamento realizado foi de R$ 9,1 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R$ 21 bilhões. Restam R$ 31 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2013, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R$ 111 bilhões. Foram executados, até o quarto bimestre, investimentos no valor de R$ 66 bilhões, equivalentes a 59% da dotação autorizada para 2013. Esse valor foi 15% superior ao desembolsado em 2012, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2013 foi de R$ 99,5 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R$ 62,0 bilhões, o que representa uma execução de 62% do autorizado e 94% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 81% da dotação autorizada para as Estatais em 2013 e respondeu por 89% da despesa realizada até o quarto bimestre do ano, num total de R$ 58,5 bilhões (execução de 65% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2013
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 25/09/2013* R$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.586	113	7	18	1	18	1	135	152	619
MAPA	1.408	256	18	14	1	7	0	501	508	616
MCTI	1.605	444	28	181	11	163	10	410	574	684
MDIC	233	67	29	12	5	12	5	34	46	45
MME	215	34	16	13	6	13	6	40	53	17
M. Transportes	**15.899**	**7.463**	**47**	**1.202**	**8**	**1.054**	**7**	**4.885**	**5.938**	**7.683**
M. Comunicações	195	43	22	0	0	0	0	44	44	84
MMA	196	87	45	3	1	3	1	59	62	29
MDA	4.357	2.207	51	211	5	105	2	791	896	1.149
M. Defesa	9.821	6.388	65	2.920	30	2.515	26	3.314	5.830	3.693
M. Int. Nacional	7.914	4.012	51	1.311	17	1.273	16	2.032	3.305	3.727
M. das Cidades	9.561	2.725	28	234	2	232	2	2.166	2.398	10.148
Outros**	38.243	9.793	26	2.581	7	2.183	6	9.292	11.474	17.584
Total	**91.233**	**33.630**	**37**	**8.700**	**10**	**7.577**	**8**	**23.703**	**31.280**	**46.078**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2013
Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 25/09/2013* R$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.158	745	35	250	12	187	9	974	1.161	1.013
Hidroviário	288	87	30	0	0	0	0	26	26	247
Rodoviário	12.795	6.369	50	915	7	830	6	4.506	5.336	6.067
Outros	658	262	40	37	6	37	6	246	283	356
Total	**15.899**	**7.463**	**47**	**1.202**	**8**	**1.054**	**7**	**5.752**	**6.806**	**7.683**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R$ 1milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2013

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 25/09/2013* R$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	112	-3	38	71
União	4.694	-521	1.167	3.006

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 25/09/2013* R$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	12.765	-304	4.847	7.612
União	67.299	-1.691	22.536	43.072

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2013
PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 25/09/2013* R$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	2.946	1.396	47	0	0	0	0	920	920	408
M. Planejamento	2	1	31	0	18	0	18	0	1	0
MCTI	88	17	20	16	18	6	7	17	23	79
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	160	160	0
MEC	5.270	1.051	20	338	6	214	4	1.250	1.464	1.992
M. Minas e Energia	376	174	46	59	16	52	14	136	188	85
M. Saúde	2.864	1.210	42	597	21	583	20	738	1.321	2.634
M. Transportes	15.165	7.754	51	1.222	8	1.066	7	4.985	**6.051**	7.478
M. Cultura	831	355	43	64	8	63	8	118	181	169
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	7	7	0
MDA	3.459	2.011	58	0	0	0	0	570	570	690
M. Defesa	4.207	4.122	98	1.989	47	1.650	39	1.516	3.166	2.417
M. Integr. Nacional	5.712	3.509	61	1.262	22	1.232	22	1.665	2.897	2.013
M. Turismo	697	697	100	0	0	0	0	0	0	0
M. Desenv. Social	823	0	0	0	0	0	0	289	289	15
M. Cidades	17.321	12.025	69	3.265	19	3.263	19	9.004	12.268	12.573
Total	**60.835**	**34.952**	**57**	**9.936**	**16**	**9.148**	**15**	**21.393**	**30.541**	**30.557**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
Valores menores que R$ 1milhão não estão descritos na tabela.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2013
Estatais e Agências de Fomento

R$ milhão

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.
Minas e Energia	99.544	61.995
Comunicações	1.400	336
Tranportes[1]	0	0
Defesa	8	4
Outros	9.876	3.337
Total	**110.829**	**65.672**

[1]Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.
Produção Industrial	3.285	1.256
Energia Elétrica	10.749	3.854
Combustíveis Minerais	76.965	53.314
Transporte Aéreo	1.462	795
Transporte Hidroviário	2.547	750
Transportes Especiais	4.630	1.907

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.
Indústria	2.575	1.027
Comunicações	1.371	335
Energia	96.833	61.012
Transporte	3.493	1.144

Fonte: Portaria n.º 196/2013 do MPOG.

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.
Grupo Eletrobrás	10.241	3.551
Grupo Petrobras	89.303	58.444
Cias DOCAS[2]	1.484	250
Infraero[2]	1.564	884

[2]Despesas alocadas na Secretaria de Portos

Documento elaborado com dados disponíveis até 03 de outubro de 2013.

RELATÓRIO DE INFRAESTRUTURA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – Gerência de Infraestrutura | Gerente de Infraestrutura: Wagner Cardoso | Equipe: Carlos Senna Figueiredo, Ilana Ferreira, Inácio Cozendey, Marcel Papa, Matheus Braga, Roberto Wagner e Rodrigo Garcia | e-mail: infra@cni.org.br | Projeto Gráfico: Núcleo de Editoração CNI | Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC: (61) 3317.9989 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.